

PEP 2024 – 5ª AVALIAÇÃO DE TREINAMENTO
FICHA AUXILIAR DE CORREÇÃO
(UMA SOLUÇÃO)

GEOGRAFIA

1ª QUESTÃO (Valor 6,0)

Analisar as atuais iniciativas políticas e econômicas do Brasil em seu entorno estratégico, **destacando** os principais óbices geopolíticos vivenciados nas respectivas áreas geográficas e **concluindo** sobre as consequências dessa conjuntura para a aproximação do Estado brasileiro aos grandes polos de poder mundial.

1. MÉTODO

PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – INTRODUÇÃO		Obs
Introdução (10% a 15%) Identificação do objeto correto	M1	Abordagem da ideia central.		
	M2	Delimitação do espaço geográfico e/ou do tempo		
	M3	Ideias complementares relacionadas com a questão que evidenciem uma preparação correta para o desenvolvimento		
	M4	Não elaboração da introdução de forma abrupta.		
	M5	Não antecipação de partes do desenvolvimento		
	M6	Ligação com o desenvolvimento		
PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – DESENVOLVIMENTO		Obs
Desenvolvimento (55% a 70%) Compreensão do nível de desempenho/ Identificação do objeto correto	M7	Divisão da solução em introdução, desenvolvimento e conclusão		
	M8	Divisão do todo em partes coerentes	Totalmente	
			Mais da metade das partes está coerente com o todo	
			Menos da metade das partes está coerente com o todo	
	M9	Identificação da coerência das ideias com o objeto	Divisão sem coerência.	
			Totalmente	
			Atendimento em mais da metade das ideias	
	M10	Análise das ideias com ligação de causa e efeito	Atendimento em menos da metade das ideias	
			Não atendimento das ideias	
			Totalmente	
	M11	Elaboração das ideias do destaque	Mais da metade das ideias com ligação	
			Menos da metade das ideias com ligação	
Ideias sem ligação				
M12	Elaboração das conclusões parciais	Totalmente		
		Mais da metade das ideias com ligação		
		Menos da metade das ideias com ligação		
PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – CONCLUSÃO		Obs
Conclusão (20% a 30%) Compreensão do nível de desempenho	M13	Retomada da ideia central		
	M14	Elaboração da síntese coerente com as conclusões parciais	Com as ideias essenciais e de forma dedutiva	
			Parcialmente com as ideias essenciais	
			Não elaborou a síntese ou limitou-se a resumir	
	M15	Conclusão baseada nos aspectos desenvolvidos (lógica)	Na conclusão, todas as ideias têm suporte na introdução ou no desenvolvimento	
			Na conclusão, mais da metade das ideias tem suporte na introdução ou no desenvolvimento	
Na conclusão, menos da metade das ideias tem suporte na introdução ou no desenvolvimento				
Ideias sem suporte				
M16	Elaboração do parágrafo conclusivo			
MÉTODO – MENÇÃO (E-MB-B-R-I)				

2. CONHECIMENTO

PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – INTRODUÇÃO	Obs
<p>Introdução (10% a 15%)</p> <p>Algumas ideias</p>	C1	O Brasil é um país emergente que tem exercido a liderança no subcontinente sul-americano. Sua proeminência regional é resultante de uma série de condicionantes, dentre as quais ressalta-se a sua ativa interação política e econômica com seu entorno estratégico, que extrapola o subcontinente e envolve o Caribe, o Atlântico Sul e a costa africana.	
	C2	O país é privilegiado por abarcar o quinto território mais extenso da Terra e por ser delimitado por um contorno fronteiriço no qual é lindeiro com praticamente todos os países da América do Sul (com as exceções do Chile e do Equador). Além disso, possui um vultoso litoral, que avança 200 milhas náuticas no Atlântico Sul, o que o impele a relacionar-se com as nações costeiras sul-africanas.	
	C3	Tais condições, aliadas a um extenso rol de características fisiográficas e históricas favoráveis, como um relevo sem elementos dissociadores nas fronteiras, além da existência de rios multinacionais e a adoção de soluções pacíficas em conflitos, favorecem a grande intensidade das relações diplomáticas e do comércio exterior com as nações de sua circunvizinhança.	
	C4	Essas relações políticas e econômicas, além de promoverem a cooperação econômica, colaboram com a crescente integração política sul-americana capitaneada pelo Brasil, conferindo-lhe o protagonismo diplomático no subcontinente.	
	C5	Entretanto, em que pesem o comércio dinâmico e a amistosa política externa, construídos ao longo de sua história, além de possuir fronteiras bem definidas e inconteste com seus países vizinhos, alguns óbices geopolíticos emergem em decorrência dos choques de interesses entre o Brasil e seu entorno estratégico.	
	C6	Em razão da conjuntura mundial altamente globalizada, essas interações reverberam, inclusive, no contexto das relações diplomáticas brasileiras com os polos mundiais de poder, dos quais ressaltam-se os Estados Unidos da América (EUA), a República Popular da China (RPC) e a União Europeia (UE).	
	C7	Nesse contexto, serão analisadas as atuais iniciativas políticas e econômicas brasileiras em seu entorno estratégico, destacando os principais óbices geopolíticos vivenciados nas respectivas áreas geográficas e concluindo sobre as consequências dessa conjuntura para a aproximação do Estado brasileiro aos grandes polos de poder mundial.	
	C8	Outras ideias julgadas pertinentes.	
PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – DESENVOLVIMENTO	Obs
<p>Desenvolvimento (55% a 70%)</p> <p>Ideias</p>		a. Iniciativas políticas	
	C9	Prioritariamente no âmbito sul-americano, na política externa, o governo atual pauta suas ações junto a outros Organismos Internacionais (OI) no sentido de implementar um arcabouço institucional global em matéria de comunicação virtual, visando a enfatizar seus programas sociais e outros importantes temas da agenda internacional, como a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Tal postura diplomática alinhou o Brasil aos países sul-americanos de governos de mesmo viés ideológico, como Chile, Colômbia, Venezuela e Peru, entretanto distanciou o país da Argentina, Equador e Uruguai, atualmente com governos conservadores. A atual política externa aproximou o Brasil ainda mais da esfera de influência chinesa.	
C10	Resultado desse posicionamento político, a atual política externa nacional reiterou a postura do Estado brasileiro na defesa de normas ambientais e climáticas acordadas internacionalmente, sobretudo com reflexos diretos entre os países do entorno amazônico. Nesse sentido, o país realizou, em 2023, a cúpula da Amazônia, que ficou marcada pela divergência em relação à exploração de combustíveis fósseis: o governo brasileiro avaliou explorar petróleo na foz do rio Amazonas, enquanto o colombiano defendeu o fim da exploração na região. No mesmo ano, a participação brasileira na 28ª Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-28) mostrou-se negativa pela ótica do conservacionismo, uma vez que o Brasil considerou a possibilidade de aderir à OPEP+, gerando críticas por parte da UE, que preconiza a transição energética dos hidrocarbonetos fósseis para outras fontes menos poluentes. Apesar disso, a diplomacia brasileira sinaliza caminhar ao encontro dos vetores diplomáticos da UE e do atual governo dos EUA e manifestar o acolhimento, sem reservas, da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). A candidatura e a consequente escolha do país para sede da COP-30, em 2025, em Belém (PA), com foco na Amazônia, mostra a intenção do governo brasileiro de projetar o Brasil como fulcro regional na diplomacia ambiental, com o fito de tornar evidente a liderança diplomática brasileira no âmbito das nações amazônicas. Entretanto, urge ao país melhorar sua imagem, no que concerne à preservação da Amazônia, em virtude da degradação ambiental e da falta de sustentabilidade na exploração econômica desse bioma, veiculados pela mídia internacional.		

<p>Desenvolvimento (55% a 70%)</p> <p>Ideias</p>	C11	No tocante à integração regional sul-americana, a diplomacia brasileira vem tentando reeditar o processo de cooperação e convergência em diversas áreas, sob o formato de governança regional. Foram realizadas aproximações e reuniões com a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), com a Argentina e com o Uruguai, bem como demais líderes de países da América do Sul, a título de impulsionar uma retomada no processo de integração regional. Também, está em curso a tentativa de reabilitar a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), mas não tem havido avanço, haja vista que o alinhamento ideológico do passado recente não é, atualmente, tão perceptível no contexto do subcontinente, evidenciando, em certa medida, uma baixa coesão diplomática.		
	C12	Especificamente em relação ao Mercosul, enquanto na sua presidência em 2023, o Brasil tentou fortalecer a coesão do bloco, mas tem sido frustrado pelas divergências políticas de seus países-membros, como foi o caso de Argentina e Uruguai. Especificamente em relação a este último, outro revés vem se encaminhando, uma vez que o Uruguai avança em tratativas de um possível acordo comercial com a China, o que pode enfraquecer a organização regional, se for concluído. Merece atenção, também, a discussão em torno da suspensão venezuelana no Mercosul, em razão do seu conturbado ambiente político interno, que contraria os preceitos basilares estatuídos para o bloco. Tal situação é fator de dissenso entre os integrantes do bloco.		
	C13	Já na fronteira norte, na recente crise na região de Essequibo, entre Guiana e Venezuela, o Brasil tem buscado se estabelecer como interlocutor em reuniões, com o intuito de obter uma solução pacífica e evitar um conflito armado em sua fronteira entre aqueles Estados. Como resultado, foram agendadas novas oportunidades de mediação para o corrente ano, o que, aliado ao posicionamento de belonaves norte-americanas próximas da região, tem temporariamente arrefecido a escalada do conflito. O insucesso em dissuadir diplomaticamente o governo Maduro de realizar a anexação territorial pretendida e a demora das ações da diplomacia brasileira, em certa medida, têm gerado questionamentos à pretensão de liderança regional brasileira. A crise na região do Essequibo evidencia, ainda, a influência hegemônica norte-americana na região fronteira do Brasil.		
	C14	No entorno estratégico extracontinental e no âmbito da Cooperação Sul-Sul (CSS), o país tem aumentado suas relações com os países do sul da África. Tal esforço é conduzido pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e se dá em vários setores: humanitário, militar, científico, tecnológico e técnico. Em Angola, a área de saúde será beneficiada por intermédio da capacitação de recursos humanos locais, possibilitando a formação de profissionais para atender o sistema de saúde angolano. Nos âmbitos da segurança e defesa, têm sido discutidos com as nações africanas, de forma prioritária, as questões relativas à segurança marítima do Atlântico Sul. Em variados fóruns, tem-se avaliado a atual questão de segurança no Golfo da Guiné e no Golfo de Áden, que afeta, igualmente, os comércios brasileiro e internacional. Nesse sentido, as tratativas diplomáticas brasileiras têm gerado uma postura favorável dos EUA e da UE, que têm, na pirataria realizada em certos países africanos, um fator de insegurança na cadeia global de suprimentos e de prejuízos financeiros, pelo encarecimento da logística de exportação.		
		Conclusão parcial		
	C15	Conclui-se, parcialmente, que as iniciativas da política externa brasileira têm o objetivo precípuo de promover a sua integração com os países e demais OI que abarcam seu entorno estratégico, o que tende a dificultar a aproximação política do Brasil em relação aos polos internacionais de poder. Entretanto, dissensões regionais podem constituir óbices a esse intento.		
	b. Iniciativas econômicas			
C16	O Brasil tem atuado multilateralmente, no âmbito do Mercosul, para a integração energética com seu entorno fronteiriço. Para tanto, participou, em 2023, da primeira reunião da Comissão de Integração Elétrica e Gasífera com os países-membros do Mercosul, além de Bolívia e Chile. O objetivo da reunião foi iniciar os trabalhos de elaboração do Termo de Referência para o estudo de integração de gás entre os países da região e a apresentação da proposta da Organização Latino-Americana de Energia (OLADE). O organismo terá o objetivo de potencializar a integração da América Latina com maior eficiência econômica e segurança energética, com um insumo de menor emissão de gases do efeito estufa.			

<p>Desenvolvimento (55% a 70%)</p> <p>Ideias</p>	C17	Ainda em 2023, no Consenso de Brasília, ocorreu a retomada da agenda integracionista com o entorno estratégico, no campo da infraestrutura de transporte e logística, a partir da releitura e da atualização das experiências da iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN). Nesse viés, ficou patente a necessidade de aperfeiçoar a infraestrutura e a logística para o escoamento e circulação de pessoas e mercadorias, entre os países do entorno estratégico brasileiro.	
	C18	O projeto acima mencionado será complementado, a nível nacional, pela iniciativa “Rotas de Integração Nacional”, que interligará a malha viária nacional com os países limítrofes. Esse investimento envolve vários ministérios, bancos regionais de desenvolvimento e os governos dos 11 estados brasileiros de fronteira. Visa a aumentar a conectividade do Brasil com os países da América do Sul, para ampliar o comércio, expandir o turismo e gerar emprego e renda, atendendo ao objetivo proposto pelo PAC da Integração. Conta com 124 projetos, com interligação em 11 estados fronteiriços e 5 diferentes rotas. Uma dessas rotas prevê o escoamento da produção brasileira pelos vizinhos com acesso ao oceano Pacífico. A iniciativa será financiada por 4 bancos de fomento: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata). O sucesso da presente iniciativa tende a afastar a influência econômica dos polos mundiais de poder, sobretudo da crescente influência chinesa, quanto ao financiamento de infraestruturas em outros continentes. Por outro lado, impulsionará o comércio das nações sul-americanas com aquele país e demais nações orientais, em razão da facilitação logística pretendida ao escoamento dos produtos brasileiros e de outras nações atlânticas pelo oceano Pacífico.	
	C19	Para incentivar as referidas iniciativas privadas na integração do entorno fronteiriço, o governo pretende fomentar uma série de incentivos fiscais, pela via legislativa do projeto de lei 455/2023. A referida base legal agilizará a provisão de recursos financeiros para os projetos de infraestruturas de transportes, de energia e de telecomunicações, além de investimentos em estudos / desenvolvimento de energia limpa e exploração e industrialização de recursos minerais. De acordo com a proposta, podem ser beneficiados empreendimentos de integração desenvolvidos por empresas de pelo menos dois países da América do Sul. Cada nação deve responder por, no mínimo, 10% do capital.	
	C20	Além da estrutura, a integração depende, também, de ações financeiras, de ajustes cambiais e dos marcos regulatórios. Para atender a essas demandas organizacionais da infraestrutura compartilhada e fomento ao comércio, foi realizado, em 2023, um encontro entre 11 líderes da América do Sul, no Palácio do Itamaraty. Nesse evento, foram formuladas uma série de propostas financeiras, monetárias e regulatórias para ampliar a integração entre os países sul-americanos. Em matéria financeira, propôs-se alocar uma poupança regional a serviço do desenvolvimento econômico e social, afirmando que instituições, como o BNDES, o Banco de Desenvolvimento da América Latina, o Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata e o Banco do Sul, devem ser mobilizadas. No âmbito monetário, está em estudo a criação de um mecanismo de compensação regional e a articulação de uma espécie de unidade de referência comum para o comércio, com o intuito de reduzir a dependência de outras moedas, como o dólar. Além disso, foram cogitadas iniciativas de convergência regulatória, simplificando o comércio entre os países da região.	
	C21	No âmbito das relações de trabalho, o país realizou, em 2023, em Brasília, uma reunião com especialistas, representantes de governos, de organizações de trabalhadores e de empresários do Brasil, Argentina, Honduras, Paraguai e Peru, para estudar a erradicação do trabalho forçado e do trabalho infantil nos cinco países. Extremamente danoso para a imagem da produção e do comércio dos países, o trabalho infantil é uma mazela social e econômica que aflige, sobretudo, as áreas fronteiriças brasileiras, causando transtornos socioeconômicos além e aquém de nossos limites territoriais. O evento propôs ações para valorizar a economia, estando no bojo do novo Programa Brasil-OIT para a Cooperação Sul-Sul para 2023-2027.	
	C22	Outra iniciativa importante diz respeito à reaproximação do componente africano de seu entorno estratégico, que dar-se-á no escopo da retomada da Cooperação Sul-Sul, por intermédio de cooperações técnicas e investimentos, prioritariamente no agronegócio angolano. O país planejou o aporte de financiamentos em Angola, com quem mantém parcerias estratégicas celebradas desde 2010. Além disso, estão em andamento estudos para fomentar os investimentos do empresariado nacional em outros setores da economia de Angola, como as indústrias de curtumes, automobilística, fertilizantes, painéis solares e farmacêutica de produção, além do turismo e setor imobiliário. A reaproximação brasileira da região em questão tende a gerar certa disputa, em razão da presença chinesa, que investe em vários países africanos.	

		Conclusão parcial	
Desenvolvimento (55% a 70%) Ideias	C23	Inferre-se, preliminarmente , que as iniciativas econômicas brasileiras estão sendo concebidas para promover o desenvolvimento socioeconômico regional e a integração comercial com os países e os blocos do seu entorno estratégico, o que tende a reduzir a dependência dessa região em relação aos polos mundiais de poder e afastar o Brasil da influência econômica desses países.	
	C24	Outras ideias julgadas pertinentes.	
PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – CONCLUSÃO	Obs
Conclusão (20% a 30%) Ideias	C25	As iniciativas políticas e econômicas do governo do Brasil, em seu entorno estratégico, foram concebidas para proporcionar ao país projeção internacional e obtenção de divisas.	
	C26	Em síntese , é objetivo do Brasil que tais interações diplomáticas, aliadas ao comércio exterior, constituam-se em fatores fundamentais para integração brasileira com seu entorno estratégico. Além disso, pretende-se que o Brasil adote uma postura pragmática nas suas aproximações com os grandes polos de poder mundial.	
	C27	Conclui-se , portanto, que as relações bilaterais com grandes “players”, anteriormente priorizadas na política externa brasileira, tornaram-se menos prioritárias em relação ao multilateralismo, no âmbito regional, atualmente preconizado.	
	C28	Pode-se inferir , também, que o Brasil tende a aproximar-se da China em razão de convergência política e de iniciativas de integração regional no seu entorno, como a IIRSA, à medida que as facilidades logísticas resultantes irão favorecer o comércio do Brasil com o país asiático. Nesse sentido, ainda, a posição do Brasil em fóruns internacionais, no tocante à preservação do meio ambiente; e as tratativas diplomáticas relativas à segurança marítima do Atlântico Sul são fatores que favorecem ao alinhamento e à aproximações do Brasil com os EUA e a UE.	
	C29	Por derradeiro, depreende-se que as ações políticas e econômicas do Brasil se enquadram, atualmente, no principal vetor da política externa nacional para seu entorno estratégico, contribuindo para ampliar a influência brasileira nessa região.	
	C30	Outras ideias julgadas pertinentes.	
CONHECIMENTO – MENÇÃO (E-MB-B-R-I)			

3. EXPRESSÃO ESCRITA

PARÂMETRO	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS	Obs
(A) COERÊNCIA: as ideias são encadeadas de modo a respeitar a ordenação lógica do pensamento; o autor não se contradiz.	A1: Desenvolvimento incompreensível, incoerente, ilógico ou contraditório devido à inexistência de articulação de ideias e/ou a excessivas contradições.	
	A2: Desenvolvimento parcialmente compreensível, embora fragmentado, com má articulação de ideias. Há contradições que não dificultam a compreensão, coerência e lógica global, mas registram dificuldade de compreensão localizada.	
	A3: Desenvolvimento compreensível, coerente, lógico e sem contradições, no qual todas as ideias apresentadas são desenvolvidas, proporcionando leitura fluente.	
(B) CLAREZA: o texto claro reflete a limpidez do pensamento, facilita a pronta percepção e jamais obriga o leitor a retornar para entender melhor alguma parte.	B1: Texto pouco claro como um todo, obrigando retornos frequentes do leitor.	
	B2: Ocorrência de pouca clareza em partes do texto.	
	B3: Texto suficientemente claro, de fácil entendimento do leitor.	
(C) OBJETIVIDADE: caracteriza-se pela economia verbal, sem prejuízo da eficácia da comunicação do pensamento. O bom texto vai direto ao ponto, desenvolve-se de maneira sóbria e retilínea e evita divagações inúteis, muitas vezes propositais (expediente infantil, usado para aumentar o texto sem lhe conferir qualidade). O exagero da objetividade leva ao laconismo, comprometendo a clareza, ou redundando em omissão de conteúdo.	C1: É pouco objetivo, vago e com divagações inúteis na (quase) totalidade do texto.	
	C2: É parcialmente objetivo em determinadas partes do texto.	
	C3: É objetivo, com linguagem direta e preciso na exposição das suas ideias.	

(D) COESÃO: avalia-se o emprego de elementos coesivos: pronomes, conjunções, preposições, tempos verbais, pontuação.	D1: Inobservância total dos elementos que efetuam a coesão dentro dos parágrafos e/ou entre os parágrafos. Pouco coeso.	
	D2: Emprego inadequado dos elementos da coesão.	
	D3: Empregou parcialmente os elementos coesivos.	
	D4: Emprego correto e diversificado dos elementos coesivos, gerando texto coeso.	
(E) CORREÇÃO GRAMATICAL	E1: Ortografia.	
	E2: Pontuação.	
	E3: Concordância.	
	E4: Regência.	
	E5: Apresentação / Rasura	
EXPRESSÃO ESCRITA – MENÇÃO (E-MB-B-R-I)		
RESULTADO DA QUESTÃO		
MENÇÃO OBTIDA NA QUESTÃO (E-MB-B-R-I)		

2ª QUESTÃO (Valor 4,0)

Apresentar os aspectos políticos significativos da conjuntura dos Estados muçulmanos com protagonismo regional na atualidade, **destacando** a influência exercida pelas áreas geoestratégicas mais relevantes existentes em cada entorno.

1. MÉTODO

PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – INTRODUÇÃO	Obs	
Introdução (10% a 20%) Identificação do objeto correto	M1	Abordagem da ideia central.		
	M2	Delimitação do espaço geográfico e/ou do tempo		
	M3	Ideias complementares relacionadas com a questão que evidenciem uma preparação correta para o desenvolvimento		
	M4	Não elaboração da introdução de forma abrupta.		
	M5	Não antecipação de partes do desenvolvimento.		
	M6	Ligação com o desenvolvimento.		
PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – DESENVOLVIMENTO	Obs	
Desenvolvimento (80% a 90%) Compreensão do nível de desempenho/ Identificação do objeto correto	M7	Divisão da solução em introdução e desenvolvimento.		
	M8	Atendimento da imposição da servidão (citação e justificativa das ideias ou somente justificativa).	Em todas as ideias.	
			Em mais da metade das ideias.	
			Em menos da metade das ideias.	
			Em nenhuma das ideias.	
	M9	Identificação da coerência das ideias com o objeto.	Em todas as ideias.	
			Em mais da metade das ideias.	
			Em menos da metade das ideias.	
			Em nenhuma das ideias.	
	M10	Citação e justificativa das ideias com ligação de causa e efeito.	Em todas as ideias.	
			Em mais da metade das ideias.	
			Em menos da metade das ideias.	
			Em nenhuma das ideias.	
	M11	Atendimento da imposição do destaque	Em todas as ideias.	
			Em mais da metade das ideias.	
Em menos da metade das ideias.				
Em nenhuma das ideias.				
MÉTODO – MENÇÃO (E-MB-B-R-I)				

2. CONHECIMENTO

PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – INTRODUÇÃO	Obs
Introdução (10% a 20%) Algumas ideias	C1	Um conceito aceito para Estados muçulmanos é o dos países que possuem o islã como religião oficial, ou cuja maioria dos habitantes professam a religião islâmica. Esses Estados apresentam complexos aspectos políticos que são influenciados por suas histórias, localizações geográficas, riquezas geológicas e atuais estaturas político-estratégicas, dentre outros fatores.	

<p>Introdução (10% a 20%)</p> <p>Algumas ideias</p>	C2	Existem, aproximadamente, 57 Estados considerados muçulmanos na atualidade. Eles estão presentes na Europa e, majoritariamente, na Ásia e no norte da África. Juntos, cobrem uma área em torno de 32 milhões km ² e possuem população de cerca de 2 bilhões habitantes, o que corresponde a algo próximo de 25% da população mundial. Contudo, é importante notar que existem minorias religiosas e que a presença muçulmana não se restringe a esses países, uma vez que existem significativas comunidades em diversas partes do mundo.	
	C3	Alguns Estados muçulmanos exercem influência sobre os países vizinhos e desempenham papel relevante nos assuntos regionais, sendo considerados protagonistas em suas respectivas áreas geoestratégicas. Nesse sentido, a Turquia é a representante do sudeste europeu e exerce influência, também, no Oriente Médio. Na África setentrional, destacam-se Marrocos, Egito e Nigéria. No Oriente Médio, o Irã e a Arábia Saudita, além da já citada Turquia. Na Ásia central, o Cazaquistão. E no sul e sudeste asiático, respectivamente, o Paquistão e a Indonésia.	
	C4	Embora esses Estados possuam orientação religiosa comum, apresentam expressivas diversidades política, econômica, étnica e cultural. Quanto ao aspecto religioso, o islamismo possui diferentes vertentes, sendo os sunitas e os xiitas os grupos mais conhecidos. Os sunitas representam, aproximadamente, 90% dos muçulmanos e interpretam o Alcorão de maneira mais flexível. Já os xiitas defendem uma interpretação literal dos textos sagrados. Essa diversificação tem impactos na política dos Estados e na conjuntura regional.	
	C5	A seguir, serão apresentados os aspectos políticos significativos da conjuntura dos Estados muçulmanos com protagonismo regional na atualidade, destacando a influência exercida pelas áreas geoestratégicas mais relevantes existentes em cada entorno.	
	C6	Outras ideias julgadas pertinentes.	
PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – DESENVOLVIMENTO	Obs
<p>Desenvolvimento (80% a 90%)</p> <p>Algumas ideias</p>	C7	<p>a. <u>Cooperação entre os Estados</u></p> <p>A mais ampla cooperação política entre os Estados muçulmanos ocorre por intermédio da Organização de Cooperação Islâmica (OCI). Essa Organização internacional reúne 57 Estados, entre os quais os protagonistas regionais. Dentre seus inúmeros objetivos, estão a proteção dos interesses vitais dos muçulmanos, a resolução de conflitos e disputas envolvendo os Estados membros e o combate ao terrorismo. Destaca-se que as questões geopolíticas do Oriente Médio impactam diretamente a OCI, sendo a defesa da causa palestina uma de suas áreas de atuação prioritárias.</p>	
	C8	<p>b. <u>Apoio à causa palestina</u></p> <p>A defesa da criação formal do Estado da Palestina, com soberania plena sobre os territórios da Cisjordânia e Gaza e o controle sobre a cidade sagrada de Jerusalém, é unanimidade política entre os Estados muçulmanos. Atualmente, a Palestina não é um país soberano e tem o <i>status</i> de “Estado Observador Não Membro”, concedido pela Organização das Nações Unidas (ONU). Ressalta-se que o complexo cenário geopolítico do Oriente Médio encontra na causa palestina elemento de aglutinação da maioria islâmica contra Israel, sendo a causa considerada plataforma para projeção de protagonismo regional, particularmente pelo Irã.</p>	
	C9	<p>c. <u>Reconhecimento limitado do Estado de Israel</u></p> <p>Dos 57 Estados que fazem parte da OCI, apenas Egito, Turquia, Sudão, Marrocos, Emirados Árabes Unidos, Bahrein e Jordânia reconhecem, formalmente, Israel como Estado soberano. Entre os países protagonistas encontram-se tão somente três (Turquia, Egito e Marrocos). Os demais países ainda negociam o reconhecimento diplomático, como a Arábia Saudita; ou negam a existência do Estado sionista; ou, até mesmo, defendem a aniquilação de Israel como nação constituída, como o Irã. Salienta-se que, do espólio do império otomano no Oriente Médio, resultou a criação de Israel em 1948, decorrente da Resolução 181 da ONU, sobre a partilha da palestina entre os povos sionistas e árabes palestinos. A resolução não foi aceita pelos árabes e, desde então, gerou inúmeras guerras e conflitos na região.</p>	
	C10	<p>d. <u>Relação entre Estado e religião</u></p> <p>O próprio conceito de Estado muçulmano já apresenta a forte relação entre o Estado e a religião islâmica. No entanto, cada país tem sua própria dinâmica política. Por exemplo, o Irã e a Arábia Saudita têm o islã como religião oficial e sistemas políticos baseados em interpretações específicas da lei islâmica (sharia), sendo que no Irã o líder supremo do país é uma autoridade religiosa com posição final sobre as questões de Estado. Já países como Turquia e Cazaquistão são nações constitucionalmente laicas e que promovem a liberdade religiosa.</p>	

<p>Desenvolvimento (80% a 90%)</p> <p>Algumas ideias</p>	C11	<p>e. O fundamentalismo islâmico</p> <p>A revolução iraniana de 1979 marcou a ascensão do fundamentalismo islâmico no Irã, uma manifestação religiosa radical, em que seus seguidores são contrários ao Estado laico e seguem, estritamente, o Alcorão sagrado. O fundamentalismo islâmico propiciou o surgimento de grupos radicais com diferentes matizes ideológicas, originando variadas interpretações do islã e uma aversão à presença e aos valores ocidentais em Estados muçulmanos. Os principais grupos com força política são a Jihad islâmica, o Hezbollah e o Hamas, todos considerados terroristas pelos EUA, Israel e países europeus.</p>	
	C12	<p>f. Sistemas políticos complexos e diversificados</p> <p>Observam-se variadas formas e sistemas de governo e de regimes políticos: a existência de monarquias absolutas, como o reino da Arábia Saudita; de monarquias parlamentares, como Marrocos; de repúblicas parlamentares, como o Paquistão; de repúblicas presidencialistas, como Turquia e Indonésia; até república presidencialista e teocrática, como a República Islâmica do Irã. Dessa diversidade, nota-se a prevalência de regimes autoritários e variações na qualidade das democracias nacionais. Destaca-se que a Turquia, por sua posição geográfica entre o ocidente e o oriente, por ser membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e por almejar integrar a União Europeia, sofre forte influência e pressão política dos países europeus em relação às liberdades políticas, econômicas e sociais, sendo considerada uma das democracias mais consolidadas entre os Estados muçulmanos.</p>	
	C13	<p>g. Alinhamentos geopolíticos com potências mundiais</p> <p>Os alinhamentos geopolíticos dos Estados muçulmanos com as grandes potências refletem as suas políticas externas e as rivalidades estratégicas regionais. Nessa dinâmica, a Arábia Saudita e a Turquia são aliadas formais dos Estados Unidos da América (EUA) e hospedam importantes bases militares norte-americanas. Em menor grau de complexidade, Marrocos, Egito, Nigéria e Indonésia colaboram com os EUA em várias áreas, inclusive em questões de segurança regional e de combate ao terrorismo. Por sua vez, Irã, Cazaquistão e Paquistão mantêm fortes laços políticos e colaboram em diferentes graus com a Rússia e a China. Ressalta-se que a Ásia central aglutina vários Estados muçulmanos nas áreas de influências geopolíticas da Rússia e da China, no âmbito da Organização de Cooperação de Xangai (OCX), especialmente, em questões relativas à segurança, energia e rotas comerciais.</p>	
	C14	<p>h. Intervenções de potências mundiais</p> <p>Os interesses geopolíticos das grandes potências mundiais no Oriente Médio levam às intervenções militares em países da região, com repercussões na conjuntura regional. Nesse contexto, os EUA estão presentes no Iraque desde 2003. Na guerra civil na Síria, os EUA e a Rússia apoiam lados opostos no conflito, embora colaborem no combate ao grupo terrorista Estado Islâmico. Salienta-se que a presença militar norte-americana na região contraria os interesses estratégicos e as pretensões de liderança regional do Irã, estimulando as ações do chamado “eixo da resistência” islâmica contra os valores ocidentais.</p>	
	C15	<p>i. Instabilidades internas</p> <p>O advento da “Primavera Árabe” em países da África meridional e do Oriente Médio, a partir da década de 2010, teve como consequências variados graus de instabilidades políticas e conflitos internos. As populações dos países envolvidos reivindicaram melhores condições de vida e liberdades políticas e sociais, desencadeando repressões estatais, quedas de governos (Tunísia, Egito e Líbia) e guerras civis (Síria e Iêmen) que se estendem até os dias atuais. Egito, Marrocos, Turquia e Arábia Saudita são Estados que ainda vivenciam os efeitos do evento em seus territórios e entornos. Ressalta-se que a instabilidade política característica de regiões do Oriente Médio e da África fortalece a ação de grupos terroristas, como o Estado Islâmico, na Síria e no Iraque; a Al Qaeda, no Afeganistão; e o Boko Haram, na Nigéria.</p>	
	C16	<p>j. Rivalidades estratégicas</p> <p>A rivalidade mais significativa se dá entre a República Islâmica do Irã (maioria xiita) e o reino da Arábia Saudita (maioria sunita). Essas potências disputam por influência política e religiosa, com implicações para todo o Oriente Médio. A estratégia de expansão do Irã, conhecida como “crescente xiita”, cujo objetivo é exportar princípios e valores da revolução iraniana, confronta-se com os interesses das monarquias sunitas do Golfo Pérsico, lideradas pelo reino saudita. Muitas vezes, a rivalidade se manifesta em “conflitos por procuração”, como na atual guerra civil no Iêmen. Destaca-se que, no atual conflito no Oriente Médio, iniciado em 7 de outubro de 2023, o Irã, além de apoiar e financiar o Hamas contra Israel, apoia o grupo xiita Hezbollah, no Líbano; o grupo palestino Jihad Islâmica; e o grupo xiita Houthis, no Iêmen.</p>	

Desenvolvimento (80% a 90%) Algumas ideias	C17	k. Tensões étnicas A mais visível tensão étnica entre os Estados muçulmanos na atualidade é a questão dos povos curdos, que são minorias presentes no leste da Turquia e em partes da Síria, Iraque e Irã. As pretensões nacionalistas dos curdos, na região denominada Curdistão, desencadeiam fortes repressões pelos Estados nacionais que estão nesse entorno. Como exemplo, a Turquia combate os grupos armados ligados ao Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) em seu próprio território, na Síria e no Iraque.	
	C18	I. Questões de direitos humanos Em relação às suas políticas internas, muitos Estados muçulmanos são criticados pela comunidade internacional por violações dos direitos humanos. Sob a perspectiva da cultura ocidental, as violações incluem: repressão política; detenções em massa; restrições à liberdade de imprensa e de expressão; e a não promoção dos direitos das mulheres e das minorias étnicas, religiosas e sexuais, dentre outras.	
	C19	m. Política de dissuasão nuclear O Paquistão é a única potência nuclear dentre os Estados muçulmanos, condição alcançada na década de 1990. Já o Irã possui programa avançado de desenvolvimento, com capacidade de construir armas nucleares em pouco tempo, a despeito de condenações e sanções impostas pela comunidade internacional. Ressalta-se que o desenvolvimento de armas nucleares pelo Paquistão ocorreu no contexto da corrida armamentista travada com a Índia, sua rival estratégica do sul da Ásia. Cabe frisar, também, que o programa nuclear iraniano se desenvolve no contexto de obtenção de equilíbrio estratégico com Israel, única potência nuclear do Oriente Médio; e de dissuasão em relação à Arábia Saudita, sua grande rival estratégica regional.	
	C20	Outras ideias julgadas pertinentes.	
CONHECIMENTO – MENÇÃO (E-MB-B-R-I)			

3. EXPRESSÃO ESCRITA

PARÂMETRO	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS	Obs
(A) COERÊNCIA: as ideias são encadeadas de modo a respeitar a ordenação lógica do pensamento; o autor não se contradiz.	A1: Desenvolvimento incompreensível, incoerente, ilógico ou contraditório devido à inexistência de articulação de ideias e/ou a excessivas contradições.	
	A2: Desenvolvimento parcialmente compreensível, embora fragmentado, com má articulação de ideias. Há contradições que não dificultam a compreensão, coerência e lógica global, mas registram dificuldade de compreensão localizada.	
	A3: Desenvolvimento compreensível, coerente, lógico e sem contradições, no qual todas as ideias apresentadas são desenvolvidas, proporcionando leitura fluente.	
(B) CLAREZA: o texto claro reflete a limpidez do pensamento, facilita a pronta percepção e jamais obriga o leitor a retornar para entender melhor alguma parte.	B1: Texto pouco claro como um todo, obrigando retornos frequentes do leitor.	
	B2: Ocorrência de pouca clareza em partes do texto.	
	B3: Texto suficientemente claro, de fácil entendimento do leitor.	
(C) OBJETIVIDADE: caracteriza-se pela economia verbal, sem prejuízo da eficácia da comunicação do pensamento. O bom texto vai direto ao ponto, desenvolve-se de maneira sóbria e retilínea e evita divagações inúteis, muitas vezes propositais (expediente infantil, usado para aumentar o texto sem lhe conferir qualidade). O exagero da objetividade leva ao laconismo, comprometendo a clareza, ou redundando em omissão de conteúdo.	C1: É pouco objetivo, vago e com divagações inúteis na (quase) totalidade do texto.	
	C2: É parcialmente objetivo em determinadas partes do texto.	
	C3: É objetivo, com linguagem direta e preciso na exposição das suas ideias.	
(D) COESÃO: avalia-se o emprego de elementos coesivos: pronomes, conjunções, preposições, tempos verbais, pontuação.	D1: Inobservância total dos elementos que efetuam a coesão dentro dos parágrafos e/ou entre os parágrafos. Pouco coeso.	
	D2: Emprego inadequado dos elementos da coesão.	
	D3: Empregou parcialmente os elementos coesivos.	
	D4: Emprego correto e diversificado dos elementos coesivos, gerando texto coeso.	

